

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DISCUSSÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NOROESTE PAULISTANO

PUBLIC POLICY OBSERVATORY: DISCUSSIONS ON ACCESS AND STAY IN BASIC EDUCATION IN NORTHWEST PAULISTAN

Recebido em: 18/10/2020

Aceito em: 20/12/2020

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos¹
Carolina Rocha Pradella²
Renato Marcon Pugliese³
Tatiana Aparecida Picosque⁴

Resumo: O relato de pesquisa retrata parte das condições estruturais que atravessam a educação pública na região Noroeste Paulistana, as quais atuam no acesso e na permanência do quadro discente no âmbito escolar. Como braço de um projeto maior o qual envolve a constituição de um Observatório de Políticas Públicas da região, este primeiro mapeamento buscou traçar condicionantes e balizadores estruturais socioeconômicos para subsidiar o debate acerca das políticas públicas educacionais, alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 4 da Agenda 2030 (Educação de qualidade) e com o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014). A metodologia utilizada respaldou-se no levantamento de dados oficiais por meio de plataformas de transparência, de páginas institucionais, de dados noticiados pela imprensa e de conversas com gestores escolares. O retrato desenhado da região Noroeste Paulistana aponta duas tendências claras: a heterogeneidade da região do ponto de vista do acesso a políticas públicas e a direitos, e a histórica precarização da “periferia da periferia”, amplas áreas da região que historicamente registram déficits no acesso a direitos, dentre eles ao da educação. Pensamos que tais assimetrias encontradas na região Noroeste Paulistana deveriam ser consideradas quando houvesse a implementação de políticas públicas educacionais.

¹ Doutora em Sociologia pela UNICAMP (2013), Mestre em Sociologia pela UNICAMP (2008) e bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2003). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, Sociologia Ambiental, Pensamento social brasileiro e Sociologia Rural. Atualmente é Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de São Paulo, campus São Paulo Pirituba e desenvolve pesquisas que refletem as relações entre juventude, feminismo e periferia. E-mail: carolina.vila@ifsp.edu.br

² Tem vivência nas áreas de cultura, educação e terceiro setor. Atualmente estuda Gestão Pública [tecnólogo, Fatec] e Humanidades: Educação, Política e Sociedade [especialização, Instituto Federal de São Paulo]. Está bolsista no projeto “Políticas Educacionais no Noroeste Paulistano” do Observatório de Políticas Públicas [IFSP Pirituba]. Formada em Ciências Sociais [bacharelado e licenciatura, Unesp] e Arte-Educação e Tecnologias Contemporâneas [especialização, UnB]. E-mail: carolina.rpradella@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2016), mestre em Ensino de Ciências - Modalidade Ensino de Física (2011) e licenciado em Física pela mesma instituição (2007). Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFSP - Pirituba e editor da revista Crônicas do Ensino Básico. Trabalhou como Professor de Ensino Superior na FATEC-SP e como professor de Ensino Médio na rede SESI, em ETECs, na rede estadual (São Paulo) e municipal (São Caetano do Sul). Possui experiência em pesquisas da área de Ensino de Física, Ensino de Ciências e Educação, além da docência na educação básica, em cursos pré-vestibulares e no ensino superior. E-mail: renato.pugliese@ifsp.edu.br

⁴ Doutora e Mestra em Letras, Mestra em Filosofia, todos os títulos pela Universidade de São Paulo. Bacharela em Letras - Habilitação em Português pela Universidade de São Paulo (2007), licenciada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2005) e bacharela em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002). Atualmente, exerce o cargo efetivo de Professora EBT - FILOSOFIA no Instituto Federal de São Paulo - Campus São Paulo Pirituba. E-mail: tatianaparecidapicosque@gmail.com

Palavras-chave: região do Noroeste Paulistano; educação; políticas públicas; desigualdades.

Abstract: The research report portrays part of the structural conditions that go through public education in the Northwest region of São Paulo, which act in the access and permanence of the student staff in the school environment. As an arm of a larger project that involves the establishment of a Public Policy Observatory in the region, this first mapping sought to outline socio-economic structural conditions and guidelines to support the debate about educational public policies, in line with the Sustainable Development Objective (SDG) number 4 of the 2030 Agenda (Quality education) and with the National Education Plan - PNE (BRASIL, 2014). The methodology used was supported by the survey of official data through transparency platforms, institutional pages, data reported by the press and conversations with school administrators. The drawn portrait of the Northwest region of São Paulo points to two clear trends: the heterogeneity of the region from the point of view of access to public policies and rights, and the historic precariousness of the “periphery of the periphery”, large areas of the region that have historically registered deficits in access rights, including education. Thus, such asymmetries found in the Northwest region of São Paulo should be considered when implementing public educational policies.

Keywords: Paulistano Northwest region; education; public policy; inequalities.

INTRODUÇÃO

O presente relato de pesquisa retrata parte das condições estruturais que permeiam a educação pública na região Noroeste Paulistana. Como braço de um projeto maior o qual envolve a constituição de um Observatório de Políticas Públicas da região, este primeiro mapeamento buscou traçar condicionantes e balizadores estruturais socioeconômicos para subsidiar o debate acerca das políticas públicas educacionais, alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 4 da Agenda 2030⁵ (Educação de qualidade) e com o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014).

Para tanto, apresenta-se os índices de desempenho que norteiam as políticas públicas para a educação na região (IDEB, IDESP, IDEP), os programas desenvolvidos nos últimos anos que objetivam melhorar esses índices (ETI, PEI), aspectos sociais que caracterizam os diferentes territórios locais, as demandas socioeducacionais identificadas a partir de entrevista e da cobertura da imprensa, bem como uma breve correlação entre os dados levantados. Por fim, a coleta de dados e a análise das condições da educação pública na região do noroeste paulistano têm por escopo contribuir para a promoção de políticas públicas que respeitem as suas especificidades.

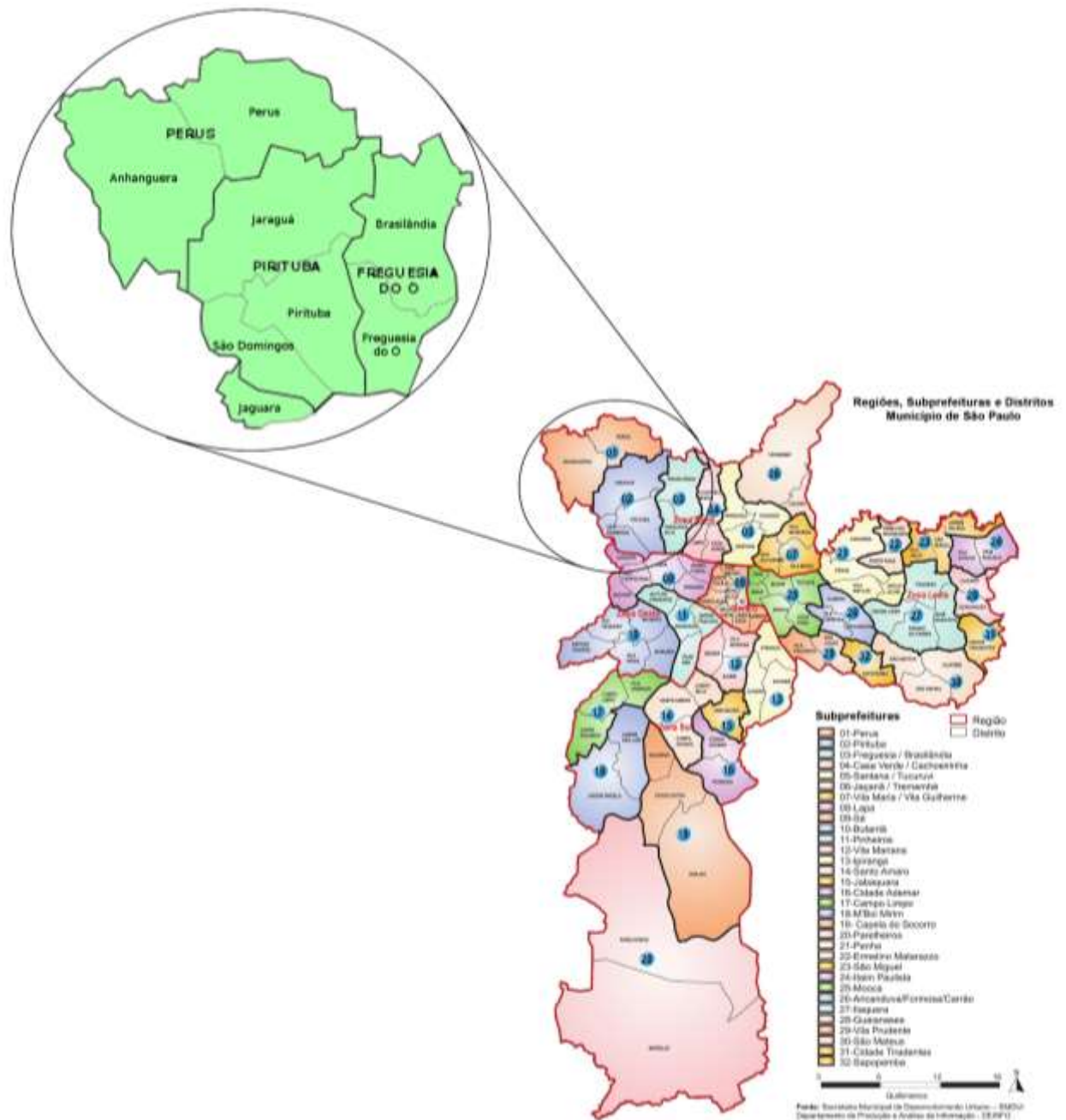
MÉTODO

A metodologia utilizada esteve calcada no levantamento de dados oficiais por meio de plataformas de transparência, de páginas institucionais, de dados noticiados pela imprensa e de conversas com gestores escolares.

⁵ <http://www.agenda2030.com.br>

A seguir, a figura 1 destaca, na cidade de São Paulo, a região Noroeste Paulistana utilizada como foco deste trabalho. Cabe ressaltar que o distrito do Jaguará é administrado pela subprefeitura da Lapa (região Oeste), mas apresentou-se importante para a caracterização da região Noroeste.

Figura 1: Cidade de São Paulo com destaque para a região Noroeste Paulistana



A REGIÃO DO NOROESTE PAULISTANO: RETRATO DA DESIGUALDADE DA CIDADE

“Realidade é muito triste
Mas é no subúrbio sujismundo
O submundo que persiste o crime
Pegar o trem é arriscado”
“O trem”, RZO

“Tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter papá pá”
“Da ponte pra cá”, Racionais Mc’s

A região a qual se dedica este projeto de pesquisa tem o espaço compreendido no entroncamento entre oeste e norte da cidade de São Paulo como objeto de estudo. Uma das referências da cultura da região, o grupo de RAP RZO, toma o oeste da cidade como ponto de partida para pensar o encontro das periferias da cidade. O clássico “O trem” toma o meio de transporte que marca o processo de ocupação da região para refletir sobre o cotidiano do trabalhador morador da periferia de uma cidade rica.

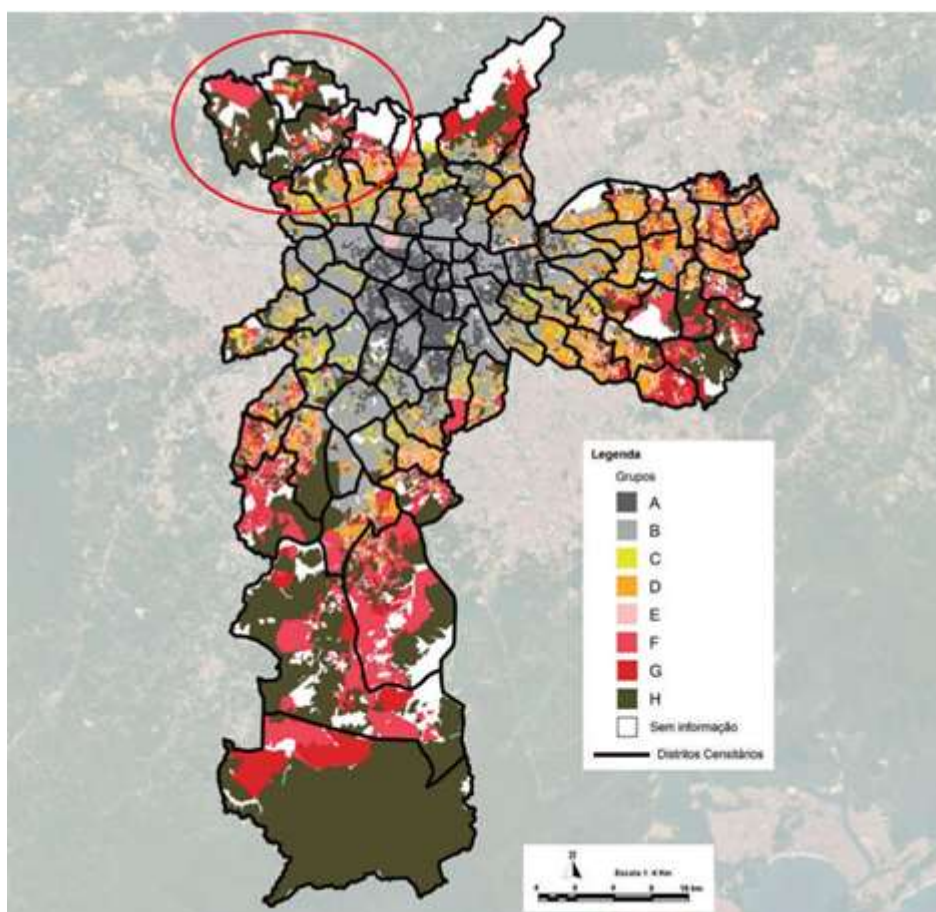
A música – assim como toda a obra do grupo de rap – traduz de forma clara o processo de ocupação não planejado e precário das periferias que divide a cidade entre “a ponte pra cá” e “a ponte pra lá” com referência às periferias que se estabelecem para cá das Marginais Pinheiros (Zona Sul e Zona Oeste) e Tietê (Leste e Norte): ausência ou insuficiência de serviços públicos associadas ao cotidiano de labor duro da classe trabalhadora em que a violência e não o direito é a linguagem utilizada pelo Estado.

A narrativa do rap é tomada, nesta caracterização da região estudada, a fim de ilustrar as desigualdades sociais dadas não apenas na relação inter-regional (“da ponte pra lá”), mas também as que este estudo encontrou intrarregião – isto é, dentro da própria região Noroeste Paulista. Como notam Nery, Souza e Adorno (2019), a dicotomia centro-periferia, peça principal no rap, foi ponto de partida importante dos estudos urbanos para compreender a dinâmica desigual das metrópoles, no entanto, tal perspectiva teórica não é mais adequada para compreensão das dinâmicas da cidade e à sua boa gestão, pois ignora ou minimiza a diversidade social, a econômica e os usos do tecido urbano. No interior das periferias da capital paulista, padrões urbanos (Nery, Souza e Adorno, 2019) distintos se articulam e dão forma a um sistema complexo que não é passível de ser compreendido pela aplicação do modelo centro-periferia. A proposta metodológica de Nery, Souza e Adorno (2019) ilumina a heterogeneidade e

diversidade do tecido urbano, leitura que é corroborada pela análise da região objeto de estudo desta pesquisa.

O mapa abaixo apresenta os 09 padrões urbanos da capital paulista apontados no estudo de Nery, Souza e Adorno (2019) com destaque para a região Noroeste da cidade.

Figura 2: Padrões urbanos da capital paulista



A análise do recorte Noroeste indica a heterogeneidade da região estudada: longe de poder ser definida a partir de sua homogeneidade, o Noroeste paulistano demonstra sua diversidade e apresenta um desafio do ponto de vista da proposição e gestão de políticas públicas.

A região noroeste apresenta um longo histórico de ocupação irregular e precária que remete ao início do século XX. O crescimento populacional da região, como o de outros bairros periféricos, está ligado ao processo de decréscimo populacional dos bairros centrais, o qual começa a ocorrer no período entre 1940 e 1950. A região noroeste tem sua ocupação ligada à função residencial, mais precisamente, à moradia dos trabalhadores, que por falta de outras

opções, tentam conseguir a casa própria ou a compra de um lote nas regiões mais distantes da cidade. Os bairros periféricos que apresentaram crescimento eram áreas quase despovoadas até então, e ligadas a algumas centralidades da cidade de São Paulo por linhas ferroviárias que possibilitaram o deslocamento de massas de trabalhadores entre local de moradia e de trabalho. Nos últimos 20 anos, a região conta com uma expansão geográfica marcada pela ocupação desordenada para a qual o poder público dedica pouca atenção. É a caracterização desta região para a qual nos dedicaremos nas próximas páginas.

A apresentação do perfil da região assume como ponto de partida os distritos que compõem a região; com relação a este ponto, algumas observações são necessárias. A cidade de São Paulo conta com 96 distritos que foram criados pela Lei nº 11.220/1992; os limites dos distritos foram estabelecidos a partir de estudos elaborados por diversos órgãos da Prefeitura do município de São Paulo e leva em conta fatores físico-territoriais, demográficos, urbanísticos, econômicos e político-administrativos. A escolha dos distritos para a pesquisa se deu a partir da listagem de escolas pertencentes a D.E. NORTE 1, recorte territorial utilizado pela Secretaria do Estado de Educação que atende a região estudada; o primeiro contato com os dados, no entanto, deixou claro que a empreitada não seria fácil: há divergências grandes entre os órgãos do Estado no que toca a concepção da região Noroeste da cidade. Segundo a Prefeitura do Município de São Paulo, o noroeste paulistano abrange as subprefeituras da Freguesia do Ó, Perus e Pirituba que, por sua vez, abrangem os distritos de Brasilândia, Freguesia do Ó, Anhanguera, Perus, Jaraguá, Pirituba e São Domingos. No entanto, a D.E. Norte I compreende escolas que são parte do distrito Jaguará, distrito que é parte da subprefeitura da Lapa, bairro localizado nas proximidades da região central de São Paulo (“da ponte pra lá”).

Com relação às escolas municipais, a referência geográfica são distritos e subprefeituras. Há outra peculiaridade quando traçamos o perfil da região no que toca ao tema da violência urbana: a área de atendimento das delegacias não coincide com o recorte geográfico das delegacias de ensino do governo do estado. É importante destacar que passo primordial da proposição e implementação de políticas públicas é o desenho robusto e detalhado das necessidades do público: uma região tão diversa e tão desigual como a região Noroeste da cidade de São Paulo para ser atendida em sua integralidade (assim como qualquer região periférica de uma cidade desigual quanto São Paulo) demanda um diagnóstico que leve em consideração tal diversidade e desigualdade; os recortes geográficos utilizados pelos poderes

públicos não dialogam entre si e, desse modo, tem dificuldade em produzir um olhar total sobre a região. Consideradas tais observações, vamos ao retrato da região estudada.

Trata-se de uma área extensa, 148 km², com uma população de 1.015.778 pessoas; a título de comparação uma metrópole regional como Campinas-SP conta com uma população de 1.081.000 milhão dispostas em 795,7 km²; Guarulhos, segunda cidade maior cidade da região metropolitana de São Paulo, conta com 1,325 milhão de habitantes dispersos em 318.014 km². A região noroeste da cidade de São Paulo guarda uma complexidade social tão grande quanto as cidades citadas. Um dos indicadores mais utilizados para a explanação desta complexidade é o índice de desenvolvimento humano calculado para cada subprefeitura da cidade. O quadro 1 apresenta tais dados:

Quadro 1. Índice de Desenvolvimento Humano Médio IDH segundo subprefeituras regionais da cidade de São Paulo, 2000 e 2010.

Subprefeitura *	IDH-M		Variação %
	2000	2010	
Pinheiros	0,910	0,942	3,52
Vila Mariana	0,897	0,938	4,57
Santo Amaro	0,867	0,909	4,84
Lapa	0,849	0,906	6,71
Sé	0,831	0,889	6,98
Mooca	0,811	0,869	7,15
Santana / Tucuruvi	0,811	0,869	7,15
Butantã	0,789	0,859	8,87
Ipiranga	0,759	0,824	8,56
Aricanduva / Vila Formosa	0,762	0,822	7,87
Jabaquara	0,756	0,816	7,94
Penha	0,745	0,804	7,92
Casa Verde	0,732	0,799	9,15
Vila Maria / Vila Guilherme	0,733	0,793	8,19
Pirituba / Jaraguá	0,718	0,787	9,61
Vila Prudente	0,723	0,785	8,58
Campo Limpo	0,699	0,783	12,02
Ermelino Matarazzo	0,707	0,777	9,90
Jaçanã / Tremembé	0,716	0,768	7,26
Freguesia do Ó / Brasilândia	0,677	0,762	12,56
Itaquera	0,691	0,758	9,70
Cidade Ademar	0,662	0,758	14,50
Capela do Socorro	0,656	0,750	14,33
São Miguel Paulista	0,650	0,736	13,23
São Mateus	0,658	0,732	11,25
Perus	0,637	0,731	14,76
Itaim Paulista	0,639	0,725	13,46
M'Boi Mirim	0,638	0,716	12,23
Guaianases	0,621	0,713	14,81
Cidade Tiradentes	0,634	0,708	11,67
Parelheiros	0,593	0,680	14,67

Fonte: Gonçalves & Maeda, 2017; Elaboração: SMUL/ Deinfo
Fundação SEADE "Informes Urbanos" (nº 29, nov 2017)

O IDH-M, calculado para subprefeituras da cidade de São Paulo, não ilumina as grandes desigualdades intrarregionais; a diferença flagrante se dá na comparação entre as subprefeituras “da ponte pra cá” (Perus, Freguesia do Ó/Brasilândia, Pirituba/Jaraguá) e da Lapa cuja apresentação se justifica pelo subdistrito Jaguará como parte da Delegacia de Ensino Norte I, como notado anteriormente; a Lapa, distante 20 km da região de Perus, conta com um dos melhores IDH-M da cidade de São Paulo e a região de Perus conta com um dos piores IDH-M

da cidade. O dado consolidado segundo subprefeituras não evidencia, portanto, as desigualdades intrarregionais; indicadores apresentados segundo distritos são essenciais para a compreensão das dinâmicas da região bem como para proposição de políticas públicas.

A iniciativa da Rede Nossa São Paulo, uma organização da sociedade civil, de produção anual de um Mapa da Desigualdade da cidade de São Paulo é fonte essencial neste estudo; publicado desde 2012, o trabalho consiste no levantamento de uma série de dados por meio dos quais é possível verificar os locais mais desiguais (e, portanto, desprovidos de serviços públicos e privados essenciais para a garantia de direitos fundamentais) de cada um dos 96 distritos da capital.

O mapa apresenta para cada indicador um “Desigualtômetro”, medida que esclarece a distância entre o melhor e o pior indicador na cidade, dando-nos uma boa dimensão dos desafios que precisam ser superados com o objetivo de garantir direitos fundamentais para a população da maior e mais rica cidade do Brasil.

Um dos primeiros pontos que chama a atenção na constituição demográfica da região é a concentração da população negra nas áreas de menor IDH-M da região, as “periferias da periferia”, como indicado no quadro 2.

Quadro 2. Proporção da população preta e parda em relação ao total da população (%), Noroeste Paulistano, 2010

SUBDISTRITO	Proporção da população preta e parda, em relação ao total da população (%)
Brasilândia	50,6
Anhanguera	50,25
Perus	48,83
Jaraguá	47,32
Cachoeirinha	43,26
São Domingos	32,01
Pirituba	31,29
Freguesia do Ó	29,95
Jaguara	25,84

FONTE(S): Dados do Censo demográfico de 2010/ Mapa da Desigualdade 2019- Rede Nossa São Paulo
FÓRMULA: População negra e parda ÷ População total

Os distritos com piores IDH são aqueles que apresentam, proporcionalmente, maior concentração da população negra na região estudada; corroborando uma leitura ampla da

literatura nas ciências sociais, a pobreza, na região estudada, é negra; reconhecer o racismo como um fator determinante na reprodução de desigualdades sociais é ponto de partida central para o desenho de políticas públicas; dito de outro modo, o combate às desigualdades de renda/classe não pode ser realizado a parte do combate à desigualdade racial.

O recorte de gênero também ilumina importantes desigualdades na região; a proporção de adolescentes grávidas indica que desigualdades de gênero tensionadas pela desigualdade de classe estão presentes inter e intrarregionalmente. O quadro 3 apresenta a proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos. O Mapa da Desigualdade, da Rede Nossa São Paulo, aponta que a média do índice para a cidade de São Paulo é 8,7: Brasilândia apresenta uma proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos que equivale a quase o dobro da média municipal (14,29).

Quadro 3. Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, em relação ao total de nascidos vivos (%), Noroeste paulistano, 2018

SUBDISTRITO	Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, em relação ao total de nascidos vivos (%)
Brasilândia	14,29
Perus	12,54
Cachoeirinha	12,44
Jaraguá	12,37
São Domingos	10,72
Anhanguera	10,45
Pirituba	8,39
Freguesia do Ó	7,78
Jaguara	6,82

FONTE(S): SMS; SINASC/ Mapa da Desigualdade 2019- Rede Nossa São Paulo

FÓRMULA: Número total de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos ÷ Número total de nascidos vivos x 100

É na “periferia da periferia” da região Noroeste onde o déficit de políticas públicas é patente; os subdistritos com maior concentração de favelas são aqueles que têm maior concentração de população negra e maiores índices de gravidez na adolescência; estas formas de assentamentos informais são um reflexo de uma sociedade desigual, que não oferece moradia para a população mais vulnerável. Em função dessa falta de políticas públicas, muitas vezes, essa população se estabelece em ocupações irregulares e áreas de risco, sem nenhuma segurança jurídica. Com exceção do distrito Anhanguera (região de assentamento relacionado à ampliação

da malha rodoviária, especialmente do Rodoanel Mário Covas), a proporção de domicílios em favelas aumenta no sentido centro (Jaguara) periferia (Brasilândia) como apresentado no quadro que se segue:

Quadro 4. Proporção de domicílios em favelas, em relação ao total de domicílios (%), Noroeste Paulistano, 2018

SUBDISTRITO	Proporção de domicílios em favelas, em relação ao total de domicílios (%)
Brasilândia	29,6
Cachoeirinha	22,5
Jaraguá	17,74
São Domingos	13,51
Perus	13,06
Pirituba	7,5
Anhanguera	5,74
Freguesia do Ó	4,24
Jaguara	2,73

FONTE(S): SEHAB; HabitaSampa; IBGE/ Mapa da Desigualdade 2019- Rede Nossa São Paulo
FÓRMULA: Número total de domicílios em favelas ÷ Número total de domicílios x 100

No que toca ao direito à saúde, a avaliação é bem negativa e reflete a desigualdade que marca a cidade. O quadro 5 apresenta a proporção de leitos hospitalares na região estudada em sua diversidade e desigualdade: os distritos mais periféricos da região têm menor atendimento hospitalar e apenas 01 dos 09 distritos apresenta média de atendimento maior que a média municipal (3,4).

Quadro 5. Proporção de leitos hospitalares (clínicos, cirúrgicos, pediátricos e obstétricos), públicos e privados, disponíveis para cada mil habitantes (%), Noroeste Paulistano, 2018

SUBDISTRITO	Proporção de leitos hospitalares (clínicos, cirúrgicos, pediátricos e obstétricos), públicos e privados, disponíveis para cada mil habitantes (%)
São Domingos	3,88
Cachoeirinha	1,92
Jaguara	1,74
Pirituba	1,35
Freguesia do Ó	1,17
Jaraguá	0,828

Brasilândia	0,011
Perus	0
Anhanguera	0

FONTE(S): CNES; SMS; SES; IBGE; Seade/ Mapa da Desigualdade 2019 - Rede Nossa São Paulo
FÓRMULA: Número total de leitos hospitalares ÷ População total x 1.000

Uma das faces mais cruéis da desigualdade social é a distribuição desigual do direito à vida. O indicador apresentado na tabela seguinte, “média de idade com as pessoas morrem”, é uma estimativa calculada considerando a soma das idades ao morrer dividida pelo número total de mortes.; trata-se, portanto, de uma informação distinta daquela fornecida pelo indicador expectativa de vida que apresenta uma projeção do número de anos que a população de um local deve viver caso sejam mantidas as mesmas condições do nascimento. A média do indicador para a cidade de São Paulo é 68,7 e a tabela aponta a heterogeneidade da região: o distrito Anhanguera que apresenta a menor média de idade (58,87) está abaixo em 10 pontos da média municipal e distrito de São Domingos apresenta indicador maior que a média municipal.

Quadro 6. Média de idade com que as pessoas morreram (anos), Noroeste paulistano, 2018.

SUBDISTRITO	Média de idade com que as pessoas morreram
São Domingos	70,24
Freguesia do Ó	69,58
Jaguara	68,85
Pirituba	68,49
Cachoeirinha	63,01
Perus	61,52
Jaraguá	61,16
Brasilândia	60,01
Anhanguera	58,87

FONTE(S): SIM/ Mapa da Desigualdade 2019- Rede Nossa São Paulo
FÓRMULA: Soma das idades ao morrer ÷ Número total de óbitos.

Um dos elementos que podem explicar tal desigualdade é a prevalência da violência em alguns distritos da região; os quadros 7 e 8 apresentam dados importantes que explicitam a desigualdade no interior da região estudada. A delegacia de polícia da Vila Brasilândia apresenta taxa de homicídio doloso que é o dobro da taxa estadual e da capital; por oposição, a delegacia de polícia da CEAGESP que abarca a região do distrito Jaguara apresenta taxa de homicídio doloso abaixo da média estadual e da capital, mas um taxa de roubos bem acima da média dos demais distritos da região. Importante destacar a prevalência da taxa de roubos na

região do CEAGESP: trata-se de uma delegacia que abarca uma diversidade tremenda de situações: nesta região, encontramos um bairro de alto poder aquisitivo (Alto de Pinheiros), o parque Villa Lobos que atrai milhares de pessoas em finais de semana e a CEAGESP, a central de abastecimento da região metropolitana. Pela alta circulação de bens e pessoas, esta região se torna alvo privilegiado de roubos.

A desigualdade social reforça a desigualdade e a violência de gênero: as taxas de estupro (um crime subnotificado pelo medo do tratamento machista a que vítimas são submetidas no poder público) são assustadoramente altas, especialmente nas regiões periféricas da região, iluminando as desigualdades no interior da região.

Quadro 7. Taxa de crimes violentos por 100 mil, Noroeste paulistano, 2018

Região	Homicídio Doloso	Latrocínio	Estupro	Roubo (outros)	Roubo de Veículo	Roubo de Carga*
Capital	5,5	0,7	21,3	1124,8	324,3	-
Grande São Paulo	7,1	0,7	26,5	674,5	362,6	-
Interior	6,7	0,5	28,7	264,9	85,5	-
Estado	6,5	0,6	26,2	574,4	200,9	-
28° DP Freguesia do Ó	7,2	1,6	15,3	940,3	36,6	51,5
33° DP Pirituba (São Domingos)	4,3	2,1	18,4	695,9	275,9	65,3
45° DP Vila Brasilândia	12,7	0	22,9	772,7	121,2	23,7
46° DP Perus	8	0	22,5	644	175,2	99,8
74° DP Jaraguá	8,1	0,4	24,3	981,6	197,5	62,3
87° DP Vila Pereira Barreto (Pirituba)	6	0,7	20,2	777,6	370,5	26,1
91° DP Ceagesp	3,6	0	18	1209,9	276,9	98,9

Fonte: Sou da Paz Analisa Estatísticas Criminais do estado de São Paulo Panorama 2018/ Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

* O documento “Sou da Paz Analisa Estatísticas Criminais do estado de São Paulo Panorama 2018” não apresentou dados sobre roubo de carga consolidados para sub-regiões.

O Instituto Sou da Paz desenvolveu o Índice de Exposição a Crimes Violentos (IECV) para avaliar, em caráter multidimensional, a violência no estado de São Paulo, agregando diferentes tendências criminais e permitindo uma comparação das estatísticas entre cidades e distritos policiais ao longo do tempo. Quanto maior o IECV de um município, maior a exposição aos crimes violentos naquele local. O índice é a média ponderada de três subíndices focados em dimensões diferentes da segurança pública: o IECV letal, que mede e compara a

evolução dos homicídios e latrocínios, com peso de 50% no IECV geral; o IECV dignidade sexual, que mede e compara a evolução dos casos de estupros, com peso de 25% no IECV geral; o IECV patrimônio, que mede e compara a evolução dos crimes contra o patrimônio: roubo de veículo, roubo de carga e roubo (outros), também com peso de 25% no IECV geral. A tabela 2.12 apresenta o IECV geral, letal, dignidade sexual e patrimônio para o Estado de São Paulo e para as delegacias de polícia que atendem a região noroeste. Os dados reforçam o exposto no parágrafo anterior: a desigualdade social se traduz na maior exposição ao crime violento.

Quadro 8. Índices de exposição a crimes violentos (IECV), Noroeste paulista, 2018

Região	IECV-GERAL	IECV-LETAL	IECV-DIGNIDADE SEXUAL	IECV-PATRIMÔNIO
Grande São Paulo	18,7	13,6	34,1	11,5
Interior	20,8	18,8	25,6	22,2
Capital	18,0	16,5	34,1	5,0
Estado	18,7	17,0	34,1	6,6
28° DP Freguesia do Ó	19,8	19,4	18,4	22,1
33° DP Pirituba (São Domingos)	16,7	13,9	22,2	16,7
45° DP Vila Brasilândia	24,7	28	27,5	15,3
46° DP Perus	19,2	17,6	27,1	14,6
74° DP Jaraguá	21,8	18,8	29,3	20,3
87° DP Vila Pereira Barreto (Pirituba)	18,2	14,8	24,3	19,2
91° DP Ceagesp	15,8	7,9	21,6	25,8

Fonte: Sou da Paz Análise Estatísticas Criminais do estado de São Paulo

Panorama 2018- Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL E PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL

Alguns programas têm sido fomentados com o objetivo de se estabelecer um sistema educacional com oferta de tempo integral dos alunos nas escolas. Ainda que haja diferentes pontos de vista, fundamentados por educadores, a respeito do que se pretende e como definir esses conceitos, nos manteremos, neste capítulo, na descrição dos programas que têm sido implementados nos últimos anos em São Paulo. O debate sobre o que é educação de tempo integral, educação integral, escola de tempo integral ou educação integrada deve ser realizado em outro momento.

Dentre as diversas ações de políticas públicas implementadas nas últimas décadas na rede estadual de ensino, duas delas merecem destaque neste trabalho: as Escolas de Tempo Integral (ETI) e o Programa de Ensino Integral (PEI). Abaixo, destrinchamos ambas as ações.

De acordo com o portal Agência Brasil (SOUZA, 2019),

oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do PNE (Plano Nacional de Educação). O intuito é de que pelo menos 25% dos alunos da educação básica sejam atendidos. Composto por 20 metas, o PNE foi sancionado em 2014 e estabeleceu diretrizes e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos. Até 2024. Os municípios, estados e o Distrito Federal devem aprovar planos que compreendam as suas realidades, mas que sejam orientados ao PNE.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a meta de atingir 500 mil novas matrículas em tempo integral até 2022 – hoje são 230 mil – por meio do Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado em julho. A meta é revitalizar o programa Novo Mais Educação, diminuir a evasão e melhorar os indicadores educacionais.

Conforme descrito na plataforma Observatório do PNE (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018),

o Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei em vigência desde 25 de junho de 2014 e estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da Educação brasileira. Desde a Constituição Federal de 1988, o País tem a obrigação de planejar o futuro de seu ensino, com o objetivo de oferecer uma Educação com mais qualidade para toda população brasileira. Os municípios, estados e o Distrito Federal devem aprovar planos que compreendam as suas realidades, mas que sejam orientados ao PNE.

O atual documento apresenta um conjunto de metas e estratégias que contemplam todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós Graduação, além de estabelecer diretrizes para a profissão docente, a implantação da gestão democrática e o financiamento do ensino. Além disso, há estratégias específicas para a redução da desigualdade e inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

No PNE 2014 (BRASIL, 2014), vemos que a Meta de número 6 (para 2024) trata da Educação Integral e de “oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.”

Conforme a plataforma Observatório do PNE (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018), temos que:

Objetivo 1: Oferecer em, no mínimo, 50% das escolas públicas jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024. Resultado parcial: Em 2014, 42% das escolas públicas ofertavam a Educação em tempo integral.

Objetivo 2: Garantir que, no mínimo, 25% dos alunos da Educação Básica sejam atendidos em jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024. Resultado parcial: Em 2017, 15,3% das matrículas eram em Educação em tempo integral. Desafios: Educação Integral não é sinônimo de mais tempo na escola, apenas. Deve-se ter atenção à qualidade do ensino ofertado aos alunos durante a jornada escolar. Temos que propiciar oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.

Com relação às Escolas de Tempo Integral (ETI) e, de acordo com Ostler (2017), “no final do ano de 2005, a ‘Escola de Tempo Integral’ (ETI) foi implementada na rede pública do Estado de São Paulo, seu processo de funcionamento foi iniciado em 2006, envolvendo 508 escolas de ensino fundamental, representando 9% do total das unidades”. Ademais, “mais de 48 mil estudantes são atendidos pelas ETI que oferecem, no contraturno das aulas regulares, atividades esportivas e culturais” (SEE, s/da).

Conforme indicação do Centro de Referências em Educação Integral (2014), relativa ao artigo 36 do parecer número sete da Resolução do Conselho Nacional de Educação (MEC, 2010), “é considerado período integral toda jornada escolar organizada em sete horas diárias, resultando em carga horária anual de 1.400 horas.”

De modo complementar, cabe notar que as instituições que optam por essa modalidade de oferecimento de período integral, devem seguir as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visto que “os estudantes permanecem, no mínimo, sete horas diárias nestes estabelecimentos de ensino, nos turnos da manhã e da tarde” (SEE-RS, 2017).

Já sobre o Programa de Ensino Integral (PEI), conforme descrito pela Secretaria de Educação (SEE, s/da),

“o PEI, ou o Novo Modelo de Escola de Tempo Integral, está presente em 308 escolas. A jornada dos estudantes é de até nove horas e meia, incluindo três refeições diárias. Na matriz curricular, os alunos têm orientação de estudos, preparação para o mundo do trabalho e auxílio na elaboração de um projeto de vida. Além das disciplinas obrigatórias, eles contam também com disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com seu objetivo. São 308 unidades do Novo Modelo de Escola de Tempo Integral que atendem 104 mil alunos.

Os professores do PEI atuam em regime de dedicação exclusiva e, para isso, recebem gratificação de 75% em seu salário, inclusive sobre o que foi incorporado durante sua carreira”.

ÍNDICES DE DESEMPENHO

Atualmente há três índices de desenvolvimento escolar que permeiam as escolas na cidade de São Paulo: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Índice de

Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista (IDEP).

São indicadores numéricos que, de acordo com a gestão de cada esfera estatal (município, estado e federação), indicam o estágio de desenvolvimento de cada unidade escolar e permite a comparação entre escolas, entre regiões, com a média e, para além da cidade de São Paulo, entre municípios e estados.

A REGIÃO DO NOROESTE PAULISTANO E O IDESP

Devido ao número de unidades escolares estaduais na região do noroeste paulistano ser maior do que das unidades municipais nos níveis de educação fundamental e médio, devido ao fato de que não há ainda dados relativos ao IDEP e devido aos resultados das entrevistas-diagnóstico efetuadas, nosso foco neste estudo está concentrado nos resultados do IDESP e sua relação com as escolas da região.

Na região noroeste (Anhanguera, Brasilândia, Freguesia do Ó, Jaguará, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos) a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) é representada pela Diretoria de Ensino Norte 1 que possui 106 unidades de ensino. A **educação básica obrigatória** é ofertada nos ciclos ensino fundamental I e II, ensino médio e educação de jovens e adultos identificadas em **103 escolas** (94 período regular, 06 programas de ensino integral - PEI, 02 escolas de tempo integral - ETI, 01 escola de educação indígena – EEI), 02 centros de atendimento socioeducativo adolescente (identificados como Centro de Internação – CI e não especificam os ciclos oferecidos aos jovens) e 01 centro de estudos de línguas (CEL).

Na mesma região a Secretaria Municipal de Educação (SME) é representada por Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia e Diretoria Regional de Educação Pirituba. No total são 452 unidades de ensino, **83 escolas** ofertam os ciclos ensino fundamental I e II, ensino médio e educação de jovens e adultos (72 escolas de ensino fundamental – EMEF, 06 escolas de ensino fundamental em centro educacional unificado – CEU/EMEF, 02 escolas de ensino fundamental e médio – EMEFM, 01 escola de educação bilíngue para surdos – EMEBS e 02 centros integrados de educação de jovens e adultos - CIEJA).

Dos dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEE, 2019b), como exemplo, apresentamos as cinco escolas com maior e com menor IDESP em 2018, nas faixas dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ambos períodos escolares de maior atendimento da rede estadual e na Diretoria Regional de Ensino (DRE) Norte 1, a qual abrange a região estudada.

Quadro 9. Escolas com **menor** IDESP em 2018 na DRE Norte 1 para o **Ensino Médio**

Escola	IDESP
ZORAIDE DE CAMPOS HELU PROFESSORA	1,06
JOSÉ OSCAR ABREU SAMPAIO	1,11
REPUBLICA DA COLOMBIA	1,20
EDGARD PIMENTEL REZENDE PROFESSOR	1,21
REPÚBLICA ARGENTINA	1,27

Quadro 10. Escolas com **menor** IDESP em 2018 na DRE Norte 1 para os anos finais do **Ensino Fundamental**

Escola	IDESP
REPÚBLICA ARGENTINA	1,38
ZORAIDE DE CAMPOS HELU PROFESSORA	1,43
CARLOS FREDERICO WERNECK LACERDA JORNALISTA	1,84
GENESIO DE ALMEIDA MOURA DOUTOR	1,87
ELIZABETH APARECIDA SIMOES MESQUITA PROFESSORA	2,11

Quadro 11. Escolas com **maior** IDESP em 2018 na DRE Norte 1 para o **Ensino Médio**

Escola	IDESP
MILTON DA SILVA RODRIGUES PROFESSOR	4,03
PLINIO DAMASCO PENNA PROFESSOR	3,38
ERMANO MARCHETTI	2,97
JACOMO STAVALE PROFESSOR	2,86
ITALO BETARELLO	2,72

Quadro 12. Escolas com maior IDESP em 2018 na DRE Norte 1 para os anos finais do Ensino Fundamental

Escola	IDESP
ITALO BETARELLO	4,26
AYRES DE MOURA PROFESSOR	4,23
ANTONIO CARLOS FERREIRA NOBRE PROFESSOR	4,17
JACOMO STAVALE PROFESSOR	4,12
PLINIO DAMASCO PENNA PROFESSOR	4,01

Quadro 13. IDESP médio por distrito em 2018.

DISTRITO	IDESP Médio 5º ano	IDESP Médio 9º ano	IDESP Médio 3º ano
ANHANGUERA	4,54	2,92	2,10
BRASILÂNDIA	4,64	2,64	1,64
FREGUESIA DO O	5,70	3,13	2,18
JAGUARA	5,64	3,28	1,39*
JARAGUÁ	4,74	2,83	1,93
PERUS	4,97	2,52	1,81
PIRITUBA	5,32	2,97	2,00
SÃO DOMINGOS	4,99	3,35	1,90

*apenas 1 escola com EM

Quadro 14. IDESP em 2018 em escolas com PEI ou ETI.

DISTRITO	ESCOLA (PEI/ETI)	IDESP 5º ano	IDESP 9º ano	IDESP 3º ano
JARAGUÁ	ANA SIQUEIRA DA SILVA		3,06	2,03
BRASILÂNDIA	ANILZA PIOLI - PROFA.		2,67	1,57
FREGUESIA DO O	AUGUSTO DE MACEDO COSTA - DR.	6,44		
JAGUARA	AYRES DE MOURA		4,23	
FREGUESIA DO O	MILTON DA SILVA RODRIGUES - PROF.			4,03
FREGUESIA DO O	PLINIO DAMASCO PENNA - PROF.		4,01	3,38
PIRITUBA	RAUL ANTONIO FRAGOSO - PROF.	5,64		
Acima da média do distrito				
Abaixo da média do distrito				

DEMANDAS ESCOLARES PARA ALÉM DOS DADOS OFICIAIS

Este capítulo da pesquisa compartilha algumas demandas levantadas em duas frentes: entrevistas diagnósticas com gestoras e gestores da rede de educação pública e a procura por notícias nos meios de comunicação em plataformas digitais referentes às escolas estaduais. O noroeste paulistano é o recorte geográfico político-administrativo e a análise se detém nos relatos advindos sobre a rede estadual e, eventualmente, na rede municipal.

A Diretoria de Ensino Região Norte 1 (DE), seção administrativa subordinada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), é composta por 106 unidades escolares⁶, organizadas em escolas de ensino regular e integral (Programa de Ensino Integral - PEI e Escola de Tempo Integral - ETI) e ofertam os ciclos fundamental I e II, médio e a educação de jovens e adultos (EJA).

Dessas unidades integram também dois centros de atendimento socioeducativo (CI), uma escola indígena (EEI) e um centro de estudos de línguas (CEL). As escolas estão distribuídas pelos bairros que formam os distritos de Anhanguera, Brasilândia, Freguesia do Ó, Jaguara, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos localizados na zona Noroeste do município de São Paulo.

⁶ Diretoria de Ensino Região Norte 1. Disponível em: <<https://denorte1.educacao.sp.gov.br/escolas-estaduais/>>. Acesso em: 04/11/2019.

Na mesma região a Secretaria Municipal de Educação (SME) é representada por Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia e Diretoria Regional de Educação Pirituba (DRE). No total são 452 unidades de ensino nesses distritos, 83 escolas ofertam os ciclos fundamental I e II, médio e educação de jovens e adultos distribuídos nas modalidades EMEF, EMEFM, EMEBS (educação bilíngue para surdas/os), CEU (centro educacional unificado) e CIEJA (centro de integração de educação de jovens e adultos).

O QUE DIZEM GESTORAS E GESTORES

As entrevistas diagnósticas foram realizadas no segundo semestre de 2019 com quatro professoras e professores concursadas/os da rede de educação pública (03 da estadual e 01 da municipal) que atuam na gestão escolar (coordenação e direção) e na produção de conteúdo e formação de professores (secretaria de ensino). O recorte analítico da pesquisa se detém nos relatos de quem está trabalhando diretamente nas unidades escolares.

A colaboração desses profissionais da educação básica pública foi fundamental para o questionamento inicial e, devido a limitação de espaço e tempo, selecionamos alguns aspectos que observamos a sua pertinência para as comunidades ouvidas, apesar dos relatos substanciais e reveladores. Para proteger a identidade das pessoas nomes, ocupações, escolas e bairros estão omitidos e nos referimos às abreviações E1, E2 e E3.

As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado com perguntas referentes às metas do Plano Nacional de Educação (PNE)⁷ e aos objetivos da Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas)⁸ acerca de temas relacionados à educação básica obrigatória: disparidade de gênero (meta 4.5 Agenda 2030), formação de professores (meta 4.c Agenda 2030; metas 14, 15 e 16 PNE), índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB (meta 7 PNE), taxa de matrículas (metas 2 e 3 PNE), salário e plano de carreira (metas 17 e 18 PNE), gestão democrática (meta 19 PNE), inclusão e acessibilidade (meta 4 PNE) e desenvolvimento sustentável (meta 4.7 Agenda 2030).

Quadro 15. Seleção dos temas relevantes para a atuação na gestão escolar

	PNE e Agenda 2020	Temas relacionados
--	-------------------	--------------------

⁷ Lei 13.005 - Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21/07/2020.

⁸ Agenda 2030. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 21/07/2020.

E1	<ul style="list-style-type: none"> ● IDEB ● gestão democrática ● taxa de matrículas 	<ul style="list-style-type: none"> ● avaliação e índice de desempenho estadual (SARESP) ● educação em tempo integral estadual (Programa de Ensino Integral - PEI) ● vulnerabilidade social das famílias
E2	<ul style="list-style-type: none"> ● salário e plano de carreira ● taxa de matrículas 	<ul style="list-style-type: none"> ● acessibilidade (Transporte Escolar Gratuito - TEG) ● vulnerabilidade social das famílias
E3	<ul style="list-style-type: none"> ● IDEB ● gestão democrática ● taxa de matrículas 	<ul style="list-style-type: none"> ● competências e habilidades de aprendizagem ● educação em tempo integral estadual (Programa de Ensino Integral - PEI)

Nos relatos das gestoras/es escolares (coordenação e direção) os temas IDEB, salário e plano de carreira, taxa de matrículas e gestão democrática foram recorrentes e relacionados à avaliações e índices de desempenho estadual (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP⁹), Programa de Ensino Integral - PEI¹⁰ (pode ser associado à meta 6 de educação em tempo integral do PNE), acessibilidade (Transporte Escolar Gratuito - TEG¹¹), competências e habilidades de aprendizagem e vulnerabilidade social das famílias.

Esses temas relacionados não constavam no roteiro, por conta da pertinência desses assuntos nas comunidades escolares foram considerados e contribuíram para o direcionamento do recorte temático da pesquisa: avaliações e índices de desempenho e educação em período integral na rede estadual no noroeste paulistano.

As avaliações e índices de desempenho - nacional, estadual e, em breve, municipal - surgiram nas unidades escolares advindas das diretorias de ensino e secretarias de educação, influenciando na rotina escolar e no currículo pedagógico, alcançar o índice se transformou em um dos objetivos ou principal objetivo de uma escola.

Na rede estadual, o IDEB é uma referência mas, a SEE tem suas ferramentas que são o SARESP “diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional”¹²

⁹ Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP. Disponível em: <<http://saresp.fde.sp.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 21/07/2020.

¹⁰ Ensino Integral. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/ensino-integral>>. Acesso em: 21/07/2020.

¹¹ Transporte Escolar Gratuito - TEG. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/transporte-escolar-gratuito-teg/>>. Acesso em: 22/07/2020.

¹² Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Sarep. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/sarep>>. Acesso em: 21/07/2020.

e o São Paulo faz escola “material focado na unificação do currículo escolar e na qualidade do ensino”¹³.

Em 2019, as equipes escolares utilizaram um material de transição preparado pela SEE enquanto aguardava a liberação de novo material pedagógico que seria renomeado e integraria o programa Inova Educação¹⁴ proposto pela Gestão João Doria (PSDB, 2019-2022). Inclui projeto de vida, tecnologia e duas disciplinas eletivas e alteração na carga horária e número de aulas na grade curricular do ensino médio regular. Essas matérias constam na estrutura das escolas que fazem parte do Programa de Ensino Integral (PEI) que, aliás, a sua ampliação faz parte da promessa de campanha para o governo estadual¹⁵.

A partir das entrevistas, observamos que a implantação dos índices e avaliações nas escolas estaduais de ensino médio foram acompanhadas de aumento nas atividades e exigências na rotina das equipes escolares. O processo envolve ações pré, trans e pós aplicação das provas que, dependendo do desempenho da escola, podem ocorrer mais de uma vez ao ano (Avaliação de Aprendizagem em Processo - AAP e Avaliação Diagnóstica Complementar - ADC) impondo maior tempo e responsabilidade a esses assuntos em detrimento de outros.

Problemáticas surgem e/ou intensificam na comunidade escolar: aumento no volume de trabalho, maior atribuição de responsabilidades, equipes reduzidas e/ou despreparadas, restrição na autonomia e no poder de decisão de professoras/es, coordenadoras/es e diretoras/es, pressão e constrangimento de supervisoras/es das diretorias de ensino para alcançar as metas, recurso financeiro e bonificação atrelados ao desempenho da escola, estudantes desmotivados são alguns apontamentos realizados durante as entrevistas.

As avaliações, os índices e o currículo oficial desconsideram os contextos sociais (culturais, econômicos e políticos) e os processos de ensino, aprendizagem e sociabilização das comunidades escolares (sujeitos sociais na escola e no bairro) que, podem ser tanto menos ou mais desafiadoras ao padronizar as avaliações e aferir metas quantitativas, sem ouvir e considerar seriamente essas pessoas.

De um modo geral, as entrevistas com as/os gestoras/es levantam questionamentos sobre a eficácia na avaliação das competências e habilidades dos estudantes, limitações de

¹³ São Paulo faz escola. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola/>>. Acesso em: 21/07/2020.

¹⁴ Doria anuncia aulas de projeto de vida para escolas em São Paulo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/doria-anuncia-aulas-de-projeto-de-vida-para-escolas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 21/07/2020.

¹⁵ As 80 promessas de João Doria ao governo de São Paulo. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,as-80-promessas-de-joao-doria-para-o-governo-de-sp,70002574931>>. Acesso em: 21/07/2020.

análise quantitativa às realidades locais, melhorias na elaboração dos índices, decisões verticalizadas restringindo o exercício da autonomia e conhecimento profissional e local das equipes de ensino desconsiderando princípios da gestão democrática.

No caso da rede municipal, o IDEB ainda é o único índice de referência para as escolas e diretorias regionais de educação e a cobrança relativa à avaliação e índice de desempenho é menor, até o momento, porque, como vimos na seção 2.3, está em processo de implantação o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista (IDEP) para avaliar o desempenho das escolas de ensino fundamental e médio e seus estudantes com as Provinha e Prova São Paulo¹⁶.

Redução na procura pela matrícula, baixa frequência nas aulas e abandono da vaga pelos estudantes são associadas a distintos fatores gerando assentimentos e controvérsias tanto na relação escola (microesfera) e secretaria (macroesfera), como entre estudantes, gestores, professores, supervisores e dirigentes no interior dessas instituições.

Nas entrevistas diagnósticas o item taxa de matrículas trouxe questões como ensino de tempo integral, transporte escolar, permanência e vulnerabilidade social de estudantes e familiares, evidenciando distintas preocupações e problemáticas enfrentadas por gestoras/es dentro e fora dos muros das unidades escolares pois, as escolas fazem parte das realidades locais, por mais que alguns agentes e projetos tentam ignorar ou reduzir essa importância.

O desenvolvimento e a execução de políticas públicas educacionais de caráter verticalizado desconsideram características fundamentais nas comunidades escolares, tensionando seus agentes sociais, como observado nas avaliações e índices. O fechamento de unidades escolares, redução de vagas no período noturno, diminuição no atendimento da educação de jovens e adultos, transformação de escolas de período regular em integral, a não contratação de funcionários podem ser considerados como ações que alimentam essas tensões.

Durante as entrevistas, gestoras/es expuseram situações vivenciadas pelas comunidades escolares: desemprego e baixa remuneração de familiares expõem jovens à entrada no mercado de trabalho, frequentemente, as alternativas estão na informalidade ou criminalidade, se tornando a principal ou única fonte de renda; distância, faixa etária e transferência restringem o direito ao Transporte Escolar Gratuito e ao acesso à escola; elevação nos casos de vulnerabilidade infantil e violência doméstica como um dos resultados no aumento da crise social; redução no número de funcionários, despreparo no atendimento e professores resistentes

¹⁶ Índice de Desempenho da Educação Paulista - IDEP. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/idep/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

à novas abordagens didáticas influenciam na escolha pela escola, permanência e participação de estudantes, esses são alguns aspectos relatados.

A diminuição na procura por matrícula pode ser utilizada pelas secretarias de educação e grupos interessados na capilaridade da educação pública para justificar políticas educacionais neoliberais através de programas de reorganização escolar e ampliação do ensino de tempo integral, por exemplo. Quando esses programas já chegam nas escolas como projetos, sem ampla discussão com as comunidades escolares, impactam no cotidiano tanto de quem está no interior das escolas como de quem está nos bairros atendidos por elas.

Na rede estadual o Programa de Ensino Integral (PEI) e a Escola de Tempo Integral (ETI) respondem à ampliação da educação em tempo integral, uma das metas da Política Nacional de Educação (PNE, 2014-2030). No noroeste paulistano, ao menos seis escolas estão no PEI e duas na ETI, no entanto, nas páginas oficiais da DE Norte 1 e da SEE essas informações não estão divulgadas na listagens das unidades escolares e modalidades/ciclos de ensino oferecidos.

A discussão sobre a educação em tempo integral está mais presente na rede estadual do que na municipal. A ampliação do PEI em direção às escolas de período regular revela ainda mais as complexidades das comunidades escolares que, por enquanto, avaliações ou índices de desempenho estão distantes de mostrar, como se evidenciou nos relatos com gestoras e gestores. Os posicionamentos se divergem e expressam o conhecimento e o comprometimento com a realidade local.

Em alguns contextos, aderir ao PEI implica excluir jovens ao acesso à educação pública ampliando a vulnerabilidade social e condições de pobreza e, deixa gestores e educadores em situação de incerteza sobre cargos e permanências na rede estadual ferindo convenções trabalhistas; outros contextos, acreditam na possibilidade em oferecer melhores condições no desenvolvimento das competências e habilidades de estudantes e solucionar à baixa adesão e inconstante permanência de jovens na escola a fim de evitar a redução de classes, remoção compulsória da equipe e fechamento da unidade escolar.

De um modo geral, existem comunidades escolares envolvidas na recusa ao projeto argumentando o impacto excludente para a população atendida que, pode estar circunscrito ao bairro ou a região, com a redução no número de vagas, extinção de períodos (tarde e noturno) e no atendimento de jovens que precisam trabalhar ou cuidar de familiares; como também a preocupação com a permanência de educadores e gestores nas unidades onde estão e o caráter verticalizador de como os projetos chegam até as escolas, apenas para citar alguns pontos.

A ampliação do PEI pela SEE e a atuação das diretorias de ensino para efetivar o programa através da adesão das escolas ao projeto geraram mobilizações. Gestores indicaram a Associação de Pais e Mestres (APM), Conselho Escolar e Grêmio Escolar a possibilidade do exercício da gestão democrática nas escolas, abaixo-assinados foram organizados, envolvidos expressaram seus posicionamentos e votações convocadas. Apesar de problematizar as limitações da gestão democrática sob a hierarquia da diretoria e secretaria nas entrevistas.

Se avaliações e índices de desempenho e educação em tempo integral objetivam o interesse da educação pública à sociedade, por que as informações não são amplamente divulgadas, o acesso à informação facilitado e, sobretudo, discutido com os principais interessados e impactados com a implantação ou revogação de políticas públicas educacionais? Ferramentas para isso a democracia oferece várias.

O QUE DIZEM AS NOTÍCIAS

Ao levantar informações sobre as demandas e ações das escolas estaduais da região por outros meios, se optou como ferramenta uma página de busca e inserção dos nomes das unidades a fim de saber quais assuntos se tornam público. Nas plataformas digitais, os periódicos - conglomerados, locais/regionais, governamentais e coletivos - são os que mais produziram matérias. No buscador, geralmente, apareceram a partir da terceira página de resultado e poucas escolas foram encontradas.

Na pesquisa conseguimos identificar escolas em cinquenta e nove matérias entre 1999 e 2019, por uma questão de abordagem mais recente nos detemos no recorte 2018 e 2019, equivalente a dezoito reportagens. Isso não significa que demandas de períodos anteriores são menos relevantes ou foram resolvidas, é observável que algumas permanecem no recorte analisado, outras evoluem de aspectos e tem aquelas que deixam de aparecer nas abordagens jornalísticas.

Os temas veiculados entre os dois últimos anos compreendidos como demandas foram sobre segurança, infraestrutura, mobilizações, propostas da diretoria/secretaria de educação, aulas/professores e índices de desempenho escolar. Houve matérias relacionadas às ações de atividades e projetos desenvolvidos nas escolas. No entanto, mantemos a atenção nas demandas identificadas através do meio digital e de relatos nas entrevistas com gestores escolares.

Em 2019, situações como mobilizações de recusa ao Programa de Ensino Integral (PEI)¹⁷ e contra o fechamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹⁸, furto de computadores¹⁹, precarização da infraestrutura escolar²⁰ e organização de atos violentos entre estudantes em grupos de aplicativo²¹ foram os temas mais noticiados.

Já no ano de 2018, destacaram-se relatos de casos como baixo desempenho do ensino médio no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)²², mobilização contrária a divisão de prédio escolar²³, falta de professores e de aulas²⁴, problemas com cadeiras e merendas²⁵ e furto de fiação²⁶.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do levantamento dos dados quantitativos e da leitura das entrevistas e das matérias da imprensa, é interessante observar que as demandas identificadas nas páginas dos jornais e as entrevistas com gestores podem ou não encontrar temas que se coincidem, porém, isso não significa que tenha concordância entre si. Alguns assuntos parecem mais circunscritos à esfera escolar e outros mais recorrentes nas abordagens midiáticas.

Tanto a mídia como membros das escolas citam os índices de desempenhos (IDEB e IDESP), o ensino integral (PEI) e a gestão democrática. Neste último caso, por exemplo, as

¹⁷ E.E. Maria Helena: comunidade escolar barra programa de educação integral. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2019/09/128275/>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁸ Comunidade da EE Clodomiro Carneiro luta contra o fim das turmas de EJA. Disponível em: <<https://al.sp.gov.br/noticia/?id=401093>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁹ Criminosos invadem escola e furtam computadores na zona norte de SP. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/18/criminosos-invadem-escola-e-furtam-computadores-na-zona-norte-de-sp.ghtml>> Acesso em: 05/11/2019.

²⁰ Lousa manchada atrapalha os alunos em escola da zona norte. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/05/lousa-manchada-atrapalha-os-alunos-em-escola-da-zona-norte.shtml>>. Escolas na Brasilândia sofrem com abandono e problemas. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/05/escolas-na-brasilandia-sofrem-com-abandono-e-problemas.shtml>>. Acessos em: 11/12/2019.

²¹ Excesso de temor ou algo errado entre os jovens? Disponível em: <http://www.freguesianews.com.br/?opc=meio_educacao&id_noti=6459>. Acesso em: 05/11/2019.

²² Notas do IDEB mostram a fragilidade do ensino médio em São Paulo. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/notas-do-ideb-mostram-a-fragilidade-do-ensino-medio-em-sao-paulo-18092018>>. Escola com pior nota tem falta de professores e queixa de vandalismo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/09/escola-de-sp-com-pior-nota-tem-falta-de-professor-e-queixa-de-vandalismo.shtml>>. Acessos em: 06/11/2019 e 11/12/2019.

²³ Comissão vai realizar audiência pública na escola Gavião Peixoto, em Perus. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=392525>>. Acesso em: 05/11/2019.

²⁴ Moradora relata falta de aulas, mas secretaria desmente. Disponível em: <http://freguesianews.com.br/?opc=meio_educacao&id_noti=5974>. Acesso em: 05/11/2019.

²⁵ Após denúncia da rb, escola pública de SP ganha novo lote de cadeiras. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/noticias/10000901039/apos-denuncia-da-rb-escola-publica-de-sp-ganha-novo-lote-de-carteiras.html>>. Acesso em: 06/11/2019.

²⁶ Falhas em instalações adiam aulas em escolas estaduais. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/02/1955756-falhas-em-instalacoes-adiam-aulas-em-escolas-estaduais.shtml>>. Acesso em: 11/12/2019.

mobilizações das comunidades escolares para barrar a implantação de PEI, fechamento da EJA e divisão do edifício podem ser compreendidas como exercício ou reivindicação de práticas democráticas no ambiente educacional.

Casos de furtos e avarias do patrimônio mobiliário e estrutural, solicitação por profissionais para garantir o cumprimento das aulas, problemas no cardápio das merendas são recorrentes nos jornais e sinalizam mais reportagens com aspecto de denúncia ou investigação que podem ocorrer por parte de indivíduos enquanto sociedade civil.

Desse modo, o quadro geral de demandas das escolas da rede pública estadual na região Noroeste da capital paulistana identificadas nas pesquisas pode ser dividido para melhor compreensão em dois aspectos: tangível e intangível. Os aspectos tangíveis são melhorias na infraestrutura dos prédios escolares, contratação e permanência de equipe escolar, garantia das aulas letivas de todas as matérias, fornecimento de refeições diárias e ambientes com condições de salubridade e segurança.

Os aspectos intangíveis referem-se à qualidade no processo de aprendizagem das competências e habilidades, presença constante de avaliações e índices de desempenho em detrimento dos projetos políticos pedagógicos de cada escola, incertezas sobre políticas educacionais envolvendo fechamento de EJA/escolas e implementação de PEI, reivindicações de comunidades escolares ante decisões verticalizadas que podem demonstrar a presença ou ausência de uma gestão democrática.

O retrato desenhado da região do Noroeste Paulistano aponta duas tendências claras: a heterogeneidade da região do ponto de vista do acesso a políticas públicas e a direitos e a histórica precarização da “periferia da periferia”, amplas áreas da região que historicamente registram déficits no acesso a direitos; como tal retrato desigual se traduz no acesso ao direito à educação? Qual a relação entre desigualdade social e direito à educação? O poder público, ao propor políticas educacionais, leva em consideração este retrato de desigualdade inter e intrarregional? Estes são os alguns pontos que merecem destaque em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . Acesso em 18/01/2019.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL. **Educação em Tempo Integral.** São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-em-tempo-integral/> . Acesso em 01/07/2020.

INEP. **O que são as metas de qualidade educacional.** Brasília: MEC, s/d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/ideb/metas> . Acesso em 12/11/2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Sou da Paz analisa estatísticas criminais do Estado de São Paulo. Panorama 2018.** Disponível em: www.soudapaz.org. Acesso em 04/12/2019.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010.

NERY, Marcelo; SOUZA, Altay; ADORNO, Sérgio. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. In: ESTUDOS AVANÇADOS, v. 33, n.97, 2019.

OSTLER, Denise de Almeida. **ESCOLA E PROGRAMA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: AbORDAGENS E SINGULARIDADES.** São Paulo: Cadernos de Educação, v. 16, n. 33, jul.-dez. 2017. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/viewFile/8450/6019> . Acesso em 01/07/2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2018.** Disponível em: www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo . Acesso em 04/12/2019.

SEE. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Saresp 2011. Participe!** São Paulo, 29/11/2011. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/podcast/saresp-2011-participe/> . Acesso em 10/11/2019.

SEE. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Programa de Qualidade da Escola.** Nota Técnica. São Paulo, 2019a. Disponível em http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica_2018.pdf , acesso em 12/11/2019.

SEE. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Dados abertos da Educação.** São Paulo, 2019b. Disponível em <https://dados.educacao.sp.gov.br/dataset/%C3%ADndice-de-desenvolvimento-da-educa%C3%A7%C3%A3o-do-estado-de-s%C3%A3o-paulo-idesp-por-escola> , acesso em 10/12/2019.

SEE. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **IDESP.** São Paulo, s/d. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/idesp> , acesso em 12/11/2019.

SEE. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. **Escola de Tempo Integral.** São Paulo, s/da. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/escola-tempo-integral> . Acesso em 01/07/2020.

SEE-RS. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Rio Grande do Sul. **Reformas em escolas:** investimentos na Wolmar Salton totalizam R\$ 920 mil. Porto Alegre: SEE-RS, 2017. Disponível em <https://educacao.rs.gov.br/reformas-em-escolas-investimentos-na-wolmar-salton-totalizam-r-920-mil> . Acesso em 01/07/2020.

SME. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura da Cidade de São Paulo. **IDEP – Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/indice-de-desenvolvimento-da-educacao-paulistana-idep/> , acesso em 20/11/2019.

SOUZA, Ludmilla. **Educação integral é meta do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-08/educacao-integral-e-meta-do-plano-nacional-de-educacao> . Acesso em 01/07/2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Observatório do PNE**. 2018. Disponível em <https://www.observatoriodopne.org.br/> . Acesso em 01/07/2020.